



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES E DESVALIDAS NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XIX: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL COMO ALTERNATIVA À POBREZA**

EDNA BRAGA PEREIRA

Rio de Janeiro  
Dezembro/2016

**A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES E DESVALIDAS NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XIX: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL COMO ALTERNATIVA À POBREZA**

EDNA BRAGA PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Educação da Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro como requisito final  
para obtenção do grau de Licenciatura em  
Pedagogia.

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Marco Aurélio Corrêa Martins (Orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro  
Dezembro/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES E DESVALIDAS NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XIX: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL COMO ALTERNATIVA À POBREZA**

Edna Braga Pereira, aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª Drª Jane Santos da Silva  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Profº Drº Marco Aurélio Corrêa Martins (Orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro  
Dezembro/2016

Dedico este trabalho à todas as crianças e jovens que diante do cenário que temos hoje no nosso país estão diante de um futuro incerto e obscuro. As oportunidades que tive desejo a vocês. As experiências que tive desejo a vocês. O caminho poderá ser mais difícil e mais longo, mas prefiro acreditar que ainda há uma primavera os aguardando.

Dedico às jovens mulheres negras e pobres, que assim como eu, precisarão trabalhar duro nessa vida. Mas não somos de desistir. Nunca fomos. Nunca seremos.

Dedico à minha próxima geração, que será muito melhor do que eu.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, antes de tudo, á Deus, pois creio que todo conhecimento e toda sabedoria vem dEle, e não há trabalho de excelência nenhum que eu poderia ter feito sem Sua capacitação sobre a minha vida. Seu cuidado e zelo me fizeram chegar até aqui. Para Ele são todas as coisas.

Agradeço à minha família, em especial ao meu pai, Edson, que desde sempre me deu todas as oportunidade que eu precisei e nunca mediu esforço pra que eu continuasse estudando e conquistasse lugares altos.

Agradeço aos amigos que fiz nessa universidade e que foram essenciais pra que eu mantivesse o gás por esses 4 anos. Faço parte da turma mais fofa e linda da UNIRIO!

Agradeço às minhas amigas, em especial a Dayane, Paloma e Stella, que me ajudaram nas minhas crises profissionais, nos trabalhos, nas tentativas de achar uma razão em muitos dos meus questionamentos. Obrigada por me aturarem e me ajudarem nessa caminhada.

Agradeço aos docentes desta universidade por dedicarem suas vidas a formar novos professores. Agradeço pelas discussões, pelos pontos de vista, pelas oportunidades de realizar trabalhos autônomos e críticos, pelas concordâncias, pelas discordâncias, pelos exemplos, pelo apoio... por serem os profissionais que são.

Agradeço de forma especial e de todo coração ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Marco Aurélio, por esses anos de ensino e aprendizado como orientador no Grupo de Pesquisa e nesse trabalho. Me ajudou a realizar um sonho e não me poupou de desafios. Sua presença na minha vida acadêmica com certeza vai ser sempre uma referência e inspiração positiva. Grata eternamente!

Agradeço a todos os colegas do Grupo de Pesquisa pelas discussões e pela oportunidade de crescer com vocês.

Agradeço por ter tido a oportunidade de fazer parte, mesmo que minimamente, do movimento estudantil dentro e fora da universidade. Saio com a certeza que a educação não acontece somente dentro dos muros escolares e dentro da Academia. Minha criticidade e politização, minha desconstrução, muito tem a ver com o que vivi dentro desses espaços.

Por fim, agradeço à todo comunidade da UNIRIO, docentes, discentes, técnicos administrativos, terceirizados, todos os profissionais de todas as áreas, incluindo o pessoal da limpeza, da “xerox”, “tios” e “tias” dos lanches, todos que de alguma forma fizeram parte da minha vida nesse lugar.

## **RESUMO**

O Ensino Profissional no Brasil sempre foi visto como uma opção de ensino para as camadas mais pobres da sociedade e colocado em dualidade com o modelo de ensino pensado para a elite. Ensinar um ofício era uma forma de tirar as pessoas da marginalidade e da mendicância e evitar que crianças e jovens enveredassem pelo caminho do crime. De caráter assistencialista, o ensino profissional ofertado pelo Estado visava transformar a sociedade através do trabalho. Com o mesmo pensamento, e somando a moral e o serviço cristão, a Igreja ofereceu educação nesse área e através de alguns estabelecimentos fundados por religiosos acolheu e profissionalizou crianças e adolescentes de ambos os sexos. Da discriminação do trabalho manual até o ensino profissional como forma de melhorar a condição social, vemos o caráter moralizante que esse modelo de ensino carrega. Este trabalho aponta relações estabelecidas, entre a pobreza e o ensino profissional, visto que desde a gênese do ensino no Brasil o público desse tipo de atividade eram as crianças e jovens pobres ou desvalidos. Esse pensamento permeou a construção da nossa sociedade industrial e serviu de fundamento na tentativa de construir uma sociedade mais desenvolvida e civilizada, onde o trabalho era visto como redentivo para a moral do homem e alavanca de desenvolvimento para o país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação profissional; Educação católica; Crianças desvalidas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	10
2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESTABELECIMENTOS CATÓLICOS.....	15
2.1 A ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DO AMPARO.....	15
2.2 O COLÉGIO SANTA ROSA.....	20
3. A INFÂNCIA POBRE E A EDUCAÇÃO MORAL DA IGREJA.....	25
3.1 A INFÂNCIA POBRE NEGRA – A LEI DO VENTRE LIVRE.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que os fatos históricos não acontecem isoladamente e que seus precedentes são importantes para podermos entender o presente e conjecturar sobre o futuro. Dessa forma, me parece relevante investigar as condições em que se deu a formação do ensino profissional no Brasil, considerando o momento histórico político nacional e o panorama social e econômico do período delimitado para o estudo: o Império e a Primeira República.

Essa modalidade de ensino é, muitas vezes, posta em um conceito de dualidade em que se proporciona uma educação específica para os pobres e outras para os ricos. Sem negar essa problematização, mas acrescentando outros fatores, fui instigada a pensar na formação de um modelo educacional que atendia às necessidades da época em que se encontra. Dentro do contexto social do período o ensino profissional era uma forma de oferecer instrução aos meninos pobres para que, a médio e longo prazo, eles pudessem sustentar a si e as suas famílias, saindo de sua condição “marginal”. O Estado oferecia ensino profissional para formação da mão de obra especializada necessária para suprir a oferta de trabalho profissional nas fábricas que estavam se instalando no país. Assim, percebemos que essa modalidade de ensino atendia às necessidades da população e do Estado. Ainda acrescentam-se as medidas tomadas pela Igreja, que também tinha seu espaço de ação dentro da sociedade, mesmo após a instauração de um Estado laico. Os fatores sociais, políticos e econômicos que compõem o cenário da época, mais a fator religião, dão o contorno nas problematizações deste trabalho.

Este trabalho tem como objetivo analisar a Educação Profissional no período do Império e da Primeira República e qual o papel dessa modalidade de ensino na construção da sociedade na época, dando destaque para as ações educativas da Igreja dentro do contexto. Mais do que realizar uma crítica positiva ou negativa sobre o tema, meu intuito é realizar uma observação e uma explanação que nos possa fornecer novas ideias e concepções sobre a formação de parte do pensamento educacional brasileiro e das relações intrínsecas entre sociedade e Estado, e a influência das ações da Igreja na construção de um modelo educacional.

Segundo Santos (2010), o trabalho manual sofreu discriminação por estar associado ao trabalho escravo, dessa forma vemos que desde o período colonial se cria uma separação entre trabalho de homens livres e não livres. Essa visão influenciou na formação da mão de obra brasileira durante a Primeira República, época em que o ideal de país industrializado chegava com força em nossa terra. O Brasil não estava mais destinado a ser um país agrícola, mas

deveria basear sua economia na produção industrial. Desde então, somam-se esforços para promover a profissionalização dos jovens.

Uma nova fase na estrutura de formação de mão de obra no Brasil seria inaugurada com o advento da Proclamação da República em 1889, e um elemento ideológico novo foi incorporado ao modelo até então vigente, a partir da chegada dos padres salesianos: o ensino profissional como antítese do pecado. Embora o Brasil estivesse centrado fortemente no modelo agro-exportador, no contexto situado entre o final do Império e o início da República, tivemos uma forte pressão dos diversos grupos da sociedade para transformá-lo num país cuja base econômica deveria estar fundada na produção industrial.” (SANTOS, 2010, pg. 212)

Tanto o Estado quanto a Igreja promoveram ações que estimulassem a profissionalização das crianças e dos jovens, em especial para aqueles que eram pobres. Os meninos e meninas tidos como desvalidos tinham preferência nas matrículas em alguns estabelecimentos de ensino profissional criados na época. A Igreja, que já atuava de forma caritativa na criação de asilos e orfanatos, também contribuiu para a profissionalização ao abrir escolas para esse fim. Trarei ao longo do texto dois casos: o da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, fundado em 1871, em Petrópolis, pelo Padre Siqueira (1837-1881), e do Colégio Santa Rosa, fundado em 1883, em Niterói, pelos salesianos.

O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e em jornais da período, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de leis e decretos do período considerado. Através de uma leitura crítica dos referenciais teóricos selecionados buscou-se entender melhor nosso objeto de estudo e solidificar o aporte necessário para a nossa problematização. Conforme pude analisar na leitura de Lüdke e André (2012) a pesquisa em educação é a observância de tudo aquilo que envolve o campo educativo; e a partir dessa observância algo nos chama a atenção e esse algo se torna nosso objeto de pesquisa, sobre o qual podemos teorizar, experimentar, constatar, contrastar e formular uma teoria, tendo como base aquilo que já conhecemos. Não se pode realizar pesquisa em educação sem considerar todo um contexto educacional e social. Os fenômenos educacionais não acontecem independentes dos fenômenos políticos, sociais e econômicos dentro de uma sociedade. Não se pretende esgotar o assunto nesta pesquisa, contudo parece favorável nos debruçarmos sobre a História e nos fazermos questionamentos sobre uma modalidade de ensino que ainda hoje representa uma oportunidade de melhorar a condição de vida da população mais carente, e que é propagandeada como uma alavanca para o desenvolvimento do país.

É a partir dessas considerações que se pretende apontar relações que se constroem no campo educativo e social, ressaltando a importância da História da Educação no entendimento da construção da sociedade brasileira e da sua identidade. Através do estudo do conjunto de fatos ou elementos que contribuíram para o estabelecimento de uma teoria social podemos tecer novas interpretações dos movimentos educacionais ao longo do tempo e na atualidade.

## 1. O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL

Num país de formação escravagista, onde toda a força de trabalho era adquirida através da exploração, é inerente pensar que a relação entre educação e trabalho foi permeada por um forte caráter discriminatório. Todo o processo de escolarização não pode ser bem analisado sem a consideração do fator sociedade. Ele representa muitas vezes os ideais e objetivos da sociedade vigente. Nagle (2009) diz que

Dessa forma, a escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural, portanto, um elemento que deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores políticos, econômico e social. (NAGLE, 2009, p. 115)

Durante o Brasil-colônia começaram a se organizar lugares para o ensino de profissões. Para se fazer uma divisão entre os trabalhadores manuais marginalizados e as profissões dos homens brancos e livres foram criadas as Corporações de Ofícios. Como ressalta Santos (2010), ao contrário do que ocorreu na Europa onde as Corporações de Ofícios integravam homens livres e servos, no Brasil o acesso de negros, mouros e judeus às Corporações era dificultada e até mesmo impedida. Todo esse sistema de exclusão foi uma forma de

aprofundar ainda mais o caráter pejorativo que caracterizava determinadas ocupações ao reforçar, de forma subjetiva, o *embranquecimento* dos ofícios, na medida em que os homens brancos e livres procuraram preservar para si algumas das atividades manuais. (SANTOS, 2010, p. 206)

No período Imperial não foi sentida nenhuma mudança significativa no tratamento dado ao ensino de ofícios e ao trabalho manual. O processo discriminatório continuou, e eram às crianças e aos jovens pobres e desvalidos que eram direcionados as matrículas em estabelecimentos de ensino profissional. A criação dos Liceus, como forma de instruir a classe operária, foi um dos artifícios utilizados para se amparar os órfãos. Contando com doações, quotas de sócios e com subvenção do Estado essas sociedades civis, dirigidas geralmente por nobres, fazendeiros, comerciantes e funcionários estatais, formavam mão de obra para atuar no mercado de trabalho surgido na época. O Liceu do Rio de Janeiro, por exemplo, garantia matrícula gratuita para os filhos dos sócios e para qualquer um que fosse livre, sendo vetada a matrícula de escravos. Para Santos (2010),

As mudanças de ordem política que se processaram no Brasil a partir da fundação do Império em 1822, juntamente com a ampliação considerável das forças produtivas, responsáveis pelo progresso material de forma acentuada e rápida, foram alguns dos componentes que interferiram, de certo modo, no desenvolvimento do modelo de aprendizagem de ofícios, que veio a se fixar mais tarde no país, embora esse ramo de ensino continuasse a ser permeado fortemente pelo conteúdo discriminatório. (SANTOS, 2010, pg. 208)

O ano de 1889 foi de grande mudança para o Brasil. Em 15 de novembro o período Imperial se encerra e foi proclamada a República. Inicia-se um governo provisório liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Junto com a República vieram algumas mudanças políticas que influenciaram toda a sociedade, inclusive com relação à Igreja e sua ação na sociedade.

Junto ao novo governo provisório, o país também passava por uma mudança na mentalidade econômica. O modelo agro-exportador permanecia forte, entretanto surge ideias sobre a necessidade de se investir na industrialização do país, tentando fazer da produção industrial nossa base econômica. Pensava-se que dessa forma o país atingiria o progresso. Um novo modelo econômico carecia de estrutura e mão de obra para que pudesse funcionar. Para suprir a falta de mão de obra foi baixado o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices para a formação especializada. Essas escolas tinham como público alvo crianças e jovens pobres, e era uma forma de civilizar os jovens “marginais” através do trabalho. Em contrapartida também se formava no Brasil uma elite intelectual, construída pelos filhos dos fazendeiros e homens de posses.

Santos (2010), ao tratar da trajetória da educação profissional no Brasil atenta-nos para o fato de que o trabalho manual foi discriminado desde que nossa força de trabalho se viu baseada no modelo escravocrata. Criou-se assim, o trabalho do homem escravo e o do homem livre. O uso da força era inerente ao trabalho do escravo, enquanto o homem livre desenvolvia um trabalho mais especializado. Por conseguinte, o trabalho manual se associou à pobreza, visto que os escravos eram pessoas pobres.

Portanto, a partir da introdução do trabalho escravo em determinadas ocupações, que eram desenvolvidas por intermédio da força física e pela utilização das mãos, verificou-se o afastamento dos indivíduos livres das referidas atividades como forma de não deixar dúvidas quanto a sua própria condição na sociedade, que era de possuir o status de não pertencer ao grupo de trabalhadores do sistema escravagista e, por conseguinte, não se identificou com eles. Assim sendo, a gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si. (SANTOS, 2010, pg. 205)

É recorrente vermos dentro de diversos eixos de debate sobre educação o estudo da dicotomia entre a educação oferecida às elites e a oferecida à população pobre. As classes mais abastadas sempre tiveram um ensino que preparava os jovens para exercerem as profissões mais consideráveis e a ingressar no ensino superior. O Colégio Pedro II, criado em 1837, por exemplo, tinha uma função preparatória. Aos mais pobres era oferecida uma educação básica necessária para que o jovem pudesse trabalhar e sustentar a si mesmo e a sua família. Inserida nesse debate, podemos perceber que foi dentro desse pensamento que se desenvolveu a educação profissional no Brasil. A dualidade entre esses modelos de ensino revela que a educação profissional no Brasil passou a ser viável como uma forma de assistência às crianças e jovens mais pobres como o fim de minimizar sua vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, atender as demandas de trabalho existentes. No período republicano foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices que dava prioridade a matrícula dos “desfavorecidos de fortuna”. Essas escolas recebiam meninos entre 10 e 13 anos de idade e oferecia o curso profissional. Para aqueles que não sabiam ler, escrever e contar também era oferecido um curso noturno primário. No decreto de criação das escolas fica explícito o caráter assistencialista e moralizador que o ensino profissional passara a ter.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação. (BRASIL, Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909).

Oferecer um ensino profissional era também uma forma de remediar problemas que assolavam a sociedade como a marginalidade e a mendicância. O trabalho adquire um valor moral e faz com que o homem se torne um cidadão contribuinte para o desenvolvimento da sociedade e participante do seu progresso, valores muito fundidos ao regime republicano. Para Soares e Oliveira (2002):

O ensino técnico profissional no Brasil tem sua história marcada por uma concepção dualista/separatista que remonta ao Império, onde aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento, incorporando-se depois os menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o sentido de ofertar-lhes, como uma benesse de Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho. (SOARES; OLIVEIRA, 2002, pg. 3).

Nas últimas décadas do século XIX, que marcam a passagem do Império para a República, houveram mudanças socioeconômicas significativas no país. A expansão da economia cafeeira e o desenvolvimento da industrialização e do processo de urbanização, junto com a abolição da escravatura em 1888 e a entrada de imigrantes no país fizeram surgir a necessidade de se alterar o modelo social existente. Nagle (2009), ao analisar o setor social no Brasil no período, ressalta o quanto o processo imigratório trouxe mudanças para o mercado de trabalho no país e mexeu com as relações de força de trabalho. A contribuição dos imigrantes no processo de industrialização e urbanização também se fez na “difusão de novas ideias no campo social”, que se apresentaram na área das “lutas sociais” no período republicano. O trabalho manual sempre visto de forma discriminatória e preconceituosa passa a ser uma forma de capacitar os homens, agora livres, para assim tira-los da “vadiagem”. Para assistir ao modelo capitalista de oferta/procura/compra/venda era preciso gerar consumidores; abre-se assim espaço para o implementação do trabalho assalariado. Nesse cenário, a educação passa a ter a função de profissionalizar homens para formação de mão de obra para a indústria e a partir do trabalho assalariado produzir consumidores para movimentar o comércio que passaria a crescer.

A partir de 1906 o ensino profissional no Brasil passou a ser regulado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, assim que este foi criado. Ainda assim, a instituição do ensino profissional funcionava mais como um “plano assistencial” do que como um programa educacional, seu objetivo era a “regeneração pelo trabalho” (NAGLE, 2009). É importante ressaltar que o ensino profissional não se articulava com o ensino secundário, que era o que “preparava” para o ensino superior - logo já se vê aí a natureza embutida no ensino profissional -, mas a capacitação para o trabalho somente.

Em 1920 há uma remodelação do ensino profissional, promovida pelo Ministério a partir da contratação do engenheiro João Luderitz. O caráter assistencialista do ensino profissional começou a perder sua força a partir de uma nova forma de se pensar o ensino, de acordo com o novo momento que o país estava vivendo. A partir da última década da Primeira República surge no Brasil a necessidade de se repensar a educação, agora como uma alavanca que impulsionaria o país a alcançar as mais altas potências da época, num movimento de democratização do ensino e formação moral e cívica do homem, caracterizado pelo movimento de entusiasmo pela educação e pelo otimismo pedagógico.

Entretanto, a visão moralizadora do homem através do trabalho não era uma exclusividade do Estado. A Igreja Católica, atuante no Brasil desde o início do período

colonial, também se amparava em valores morais fortes. A educação foi uma forma eficaz da Igreja atuar na sociedade e manter a influência sobre ela através da educação da elite e também do acolhimento de crianças pobres. A educação moral oferecida pela Igreja auxiliava o Estado na manutenção de um povo dócil e submisso.

O Brasil foi um país oficialmente católico até a promulgação do Decreto 119-A, em 1890, pouco depois da Proclamação da República, que extinguiu o padroado e tornou a sociedade laica, dando liberdade para todas as manifestações religiosas e formas de culto. Antes disso, a Igreja estava “em pé de igualdade” com o Estado referente a organização da sociedade e na formação moral. Contudo, sua influência não se perde após 1889, sua reorganização interna e externa permite que ela se adapte à nova realidade vigente. Independente das mudanças políticas, as ordens católicas sempre desempenharam papel destacado na construção do nosso ideal de sociedade. Os valores morais e éticos defendidos pela religião cristã sempre foram considerados para a boa formação humana. A catequese ou doutrinação dos ideais religiosos vinham através da educação.

Igreja e Estado viam na educação uma forma de transformar o homem. Se por um lado o Estado queria diminuir a marginalização e formar pessoas capazes de servir à sociedade com seu trabalho, do outro a Igreja pensava na regeneração e/ou dignificação do homem através da educação e também do trabalho. Conhecemos a atividade católica na implantação de escolas, asilos, internatos, orfanatos e outros estabelecimentos de acolhimento às crianças e jovens pobres e de colégios para os filhos das elites. Porém, através de pesquisa podemos encontrar também estabelecimentos católicos que mais do que apenas alimentar, vestir e educar, também ofereciam o ensino de ofícios. Mais do que abrigar crianças desvalidas, esses lugares ensinavam profissões. O cenário do país na segunda metade do século XIX incitou a iniciativa de religiosos para a abertura dessas escolas.

## 2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ESTABELECIMENTOS CATÓLICOS

Os esforços tomados pelo Estado para a profissionalização dos jovens contou com o complemento de algumas ações de religiosos católicos. Mesmo antes da proclamação da República algumas iniciativas já estavam em andamento e algumas ordens religiosas já ofereciam um modelo de educação para o trabalho para os mais pobres como uma forma de promover a cidadania e a moralização. Dois estabelecimentos fundados por religiosos católicos no Rio de Janeiro foram importantes centros de educação profissional para crianças desvalidas, e podem ser considerados pioneiros no Brasil em suas ações: a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo e o Colégio Santa Rosa.

### 2.1 A ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DO AMPARO

A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo foi fundada em 1871 pelo padre brasileiro José Francisco de Siqueira Andrade, conhecido como Padre Siqueira. Inaugurada em 1871 na cidade de Petrópolis, ela oferecia educação profissional para meninas de origem pobre e as preparava para serem empregadas domésticas em “casas de família”. Segundo o próprio Padre Siqueira, sua intenção era abrir uma instituição em que pudesse “educar as meninas desvalidas de proteção e amparo que pudessem no futuro viver honestamente de seu trabalho” (Caderneta de Notas do Padre Siqueira apud HÓSTIA, 1957, p. 43). As meninas eram aceitas na escola a partir dos sete anos de idade e educadas até os dezoito, ao término dos seus estudos eram recomendadas para o trabalho. Para a matrícula a pessoa responsável pela menor deveria apresentar um “atestado de pobreza” e as meninas de saúde débil não eram aceitas. O programa da escola redigido pelo padre revela o tipo de educação que as meninas recebiam e alguns detalhes sobre o seu funcionamento.

#### Capítulo I - Do Estabelecimento

Art.1º - Terá por título (Escola Doméstica).

Art.2º - Seu fim é dar uma educação apropriada as meninas pobres, para servirem em casas de famílias, como criadas, ficando, entretanto, sob a proteção da Escola, até que se achem em condições que as dispensem e que estão marcadas neste programa.

Art.3º - Terá uma capelania sob invocação de Nossa Senhora do Amparo.

#### Capítulo III - Do Ensino

Art.1º - As matérias de ensino resumem-se ao seguinte:

§1º - Doutrina Cristã.

§2º - Ler e escrever a língua nacional e as quatro operações.

§3º - Arranjos domésticos.

§4º - Costura, bordados, tecidos e flores.

§5º - Cozinha, lavagem e engomado.

§6º - Cultura de horta e jardim no que diz respeito à sua conservação.

Capítulo IV - Da Recepção ou admissão.

Art.1º - Serão admitidas somente meninas de 7 a 12 anos de idade, órfãs ou filhas de famílias de pobres, cujos pais ou tutores queiram confiá-las ao estabelecimento, com o fim de servirem como criadas, quando tenham completado o tirocínio marcado.

(HÓSTIA, 1957, pg. 49-50)

A escola era organizada em duas classes, a primeira com meninas de sete a doze anos e a segunda dos doze aos dezoito, onde eram divididas as atividades de ensino conforme a aptidão física e adequação à idade. As próprias alunas eram responsáveis pelos serviços domésticos da escola. Àquelas que achassem um pretendente era permitido sair da escola para se casarem, se assim quisessem. Essas inclusive tinham um dote composto por aquilo que elas conseguiam ganhar com seu trabalho. Até os vinte e um anos as moças poderiam permanecer sob a tutela da escola, sendo suas atividades também reguladas pelo estatuto da escola.

Capítulo V - Da retirada

Art.2º - Serão entregues para servirem como criadas às famílias conhecidas pela sua posição e virtudes ou a colégios de meninas, que gozem de consideração, que as procurarem na Escola, requerendo ao Reitor e obrigando-se às condições nos parágrafos seguintes:

§1º - Dar uma pequena esmola de 50\$000 ao estabelecimento.

§2º - Pagar mensalmente o salário de 10\$000 à menina que tirar para o seu serviço durante o primeiro ano; e de 20\$000 do segundo em diante até a idade de 21 anos, e dessa idade em que a menina fica sobre si, será segundo o contrato que fizerem.

§3º - Até que a menina complete a idade de 21 anos, deverá levá-la ao estabelecimento quando não queira mais os seus serviços.

§4º - Quando dispensar os serviços da criada, deverá informar escrupulosamente sobre o seu comportamento e aptidões, em uma caderneta que para esse fim será fornecida pela Escola, que acompanhará sempre a criada como recomendação de seu préstimo.

Art.4º - Os pais podem, caso suas filhas queiram, retirá-las sem ônus algum da escola, tendo completado a idade de 18 anos, ficando, desde então, inteiramente desligadas do estabelecimento. Por isso deverão requerer ao reitor, declarando qual o destino que lhes vão dar.

(HÓSTIA, 1957, p. 49-50)

O ensino e a direção do estabelecimento eram feitos por Irmãs de Caridade, enquanto a reitoria e vice-reitoria eram exercidas por figuras masculinas, o reitor também deveria ser um capelão. O estabelecimento era mantido através de doações e de esmolas que o Padre Siqueira

conseguia. Era sua prática solicitar auxílio para que sua obra pudesse se manter. A escola vivia de doações de benfeitores e esmolas, o padre distribuía o estatuto da escola, junto com relatórios atualizados de seu funcionamento como forma de propagandear o estabelecimento e angariar doações, e com frequência as conseguia. O próprio governo provincial doou a quantia de 10:000\$000 à escola, ela também recebia doações feitas por fazendeiros, profissionais liberais, políticos, e até mesmo outras ordens religiosas. Em 1876 o Estatuto da escola foi reeditado trazendo mudanças promovidas pela Lei do Ventre Livre. O estabelecimento se propôs a receber passou a acolher “mediante contribuição pecuniária que for estipulada, as ingênuas (...) que o Governo quiser para ali mandar, de acordo com o Diretor” (HÓSTIA, 1957, p. 96). Propunha também que em qualquer das internas “em que se notasse maior inteligência” era dado um ensino a mais, considerado “superior”, para que pudessem exercer o professorado, algumas, inclusive, tornando-se professoras da própria escola. A escola não aceitava pensionista ou meninas que pagassem mensalidades. Apenas em 1889 passou a contar com uma subvenção de 6:000\$ anuais do governo provincial. Para que a escola começasse a funcionar era estimado um orçamento de 143:000\$000 para construção do edifício e 36:000\$000 para custear as despesas anuais.

Padre Siqueira travou uma verdadeira peregrinação em busca de ideias e verba para pôr em execução a criação de sua escola, percorrendo fazendas e asilos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e até no Uruguai. Com o valor que conseguiu de esmolas pelas suas viagens, adquiriu cinco edificações na Rua Bragança e pode começar a reforma e adaptação dos espaços para que escola pudesse se instalar. Finalmente, em 22 de janeiro de 1871, a primeira missa pode ser celebrada e a escola inaugurada com a matrícula de trinta alunas. Sua passagem pelo Sul ao ir para Montevidéu, inclusive, deu força aos seus planos, pois a situação de muitas famílias e suas crianças em virtude da Guerra de Paraguai comoveu o padre. Ele também tinha, podemos dizer, uma percepção aguçada do tempo em que vivia. Em alguns de seus escritos podemos notar sua perspicácia em convencer seus futuros benfeitores e a sociedade em geral, incluindo o governo, do bem que seu empreendimento traria.

Ninguém mais pode ignorar que dentre as mais urgentes e necessárias necessidades do Brasil, uma que muitíssimo nos deve preocupar, e sobre cujo assunto, entretanto, a nação brasileira descansa, sem aperceber-se dos embaraços que a esperam em um futuro bem próximo, é por certo a da substituição no lar doméstico do serviço escravo pelo serviço livre, bem como a do professorado particular.

Que não vê a falta que os chefes de família sentem de uma criada moralizada e trabalhadeira, ou de uma professora habilitada e digna por suas virtudes, a

quem possam confiar a direção e educação de seus filhos, no santuário da família, sob vigilância e os cuidados maternos.  
(HÓSTIA, 1957, pg. 104)

A missão do Padre Siqueira era educar as meninas desvalidas para que no futuro pudessem trabalhar pelo seu sustento. Seu trabalho também beneficiava a elite, pois supria a carência de mão de obra especializada para serviços domésticos. O próprio religioso apontava as características nacionalistas da escola. Podemos observar em Padre Siqueira certo sentimento patriótico ao anunciar a sua obra. Em algumas de suas reflexões ele destaca o fato de a escola ser uma fundação totalmente brasileira fortalecendo os valores nacionais. Ele apela para esse patriotismo ao pedir doações para o prosseguimento da obra da Escola.

Senhores, ainda há pouco, por ocasião da guerra, acabaste de dar a mais eloquente prova de zelo e patriotismo; pois bem, mais um ato de caridade para uma educação nas condições apresentadas será verdadeiro complemento de vosso zelo e patriotismo! É inquestionável que o progresso material num povo é a muralha da nação, é também certo que a moral religiosa é o seu alicerce.  
(HÓSTIA, 1957, pg. 104)

Faço um adendo para utilizar da obra de Carvalho (2015) para considerar que tal sentimento patriótico que o padre expõe pode ser influenciado pelo momento político que enfrentávamos enquanto ele pensava na construção de sua Escola. Padre Siqueira esteve no sul do Brasil e no Uruguai onde pode ver de perto os horrores que a Guerra do Paraguai (1865-1870) estava causando. Carvalho considera que a Guerra foi o “principal fator de produção de identidade brasileira”, isso se deu em virtude do grande envolvimento de diferentes parcelas da população na defesa do país, soldados, civis e escravos lutaram por um ideal em comum. Até mesmo a bandeira e o hino nacional foram aclamados como símbolos cívicos, começou-se a se ouvir falar em “brasileiro”. O serviço a pátria virou quase passional. Nesse sentimento a escola de Petrópolis também prestava um serviço à pátria, nas palavras de seu fundador: “A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo é já uma árvore que apoiada pelo patriotismo e caridade de todos, em poucos tempos anos mais começará a produzir benefícios para o país”. (HÓSTIA, 1957, pg. 104)

A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo ainda se destaca no seu tempo por oferecer educação profissional para meninas em uma época em que as mulheres não estavam inseridas no mercado de trabalho. O currículo da escola doméstica em muito se assemelha ao

que era ensinado às meninas de famílias ricas. O objetivo era que as moças adquirissem as habilidades necessárias para serem boas donas de casa, esposas e mães. Tanto o ensino na escola do padre quanto o oferecido nas casas por preceptoras ou nos colégios femininos era voltado para a educação doméstica, mas a finalidade deles era diferente. Para o Padre Siqueira o mais importante era oferecer a essas moças o necessário para se empregarem. A semelhança no currículo nos leva a perceber que o modelo educacional claramente é baseado no ideal de feminino e nos papéis atribuídos socialmente a cada gênero. Falando sobre educação de meninos e meninas nos oitocentos, Vasconcelos (2002) diz que:

Aos meninos impunha-se uma educação voltada para o “desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, aliada a uma instrução, civil ou militar, que lhe permitisse adquirir conhecimentos amplos e variados, garantindo-lhe o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual” (Mauad, 2000, p.155). A instrução das meninas valorizava as habilidades manuais e os dotes sociais, porém, no currículo das escolas que as aceitavam, constava desde 1870, um conjunto de disciplinas como língua nacional, francesa e inglesa, aritmética, história antiga e moderna, mitologia, além das “obras de agulha de todas as qualidades”. (VASCONCELOS, 2002, pg. 01)

Como a Escola Doméstica preparava meninas para o trabalho doméstico é possível cogitar que algumas delas tenham sido empregadas na casa de moças que também foram ensinadas no modelo educacional feminino da época, o que as torna semelhantes, mas ao mesmo tempo diferentes visto que seus papéis também eram definidos pela classe social a que pertenciam. Para as meninas pobres o ensino tinha como finalidade o trabalho. Para as meninas ricas o ensino se relacionava ao que era necessário para ser uma boa esposa, mãe e dona de casa. Mesmo que as moças pobres pudessem se casar e constituírem uma família e, os ensinamentos domésticos as auxiliassem nessas funções, eram as ricas que tinham desde a infância inculcado em suas mentes que sua criação eram para o matrimônio e a maternidade, enquanto as desvalidas sabiam que era o trabalho que poderia garantir o seu futuro. É necessário destacar que a educação doméstica dada às meninas ricas se denomina assim por se dar dentro das casas, sejam suas próprias ou na casa de preceptoras, como era comum nos oitocentos. Relacionado a isso, Muniz e Vasconcelos (2014) diz que

Assim a educação doméstica funcionava também como um dos meios de propiciar à mulher a apropriação do conhecimento da ciência doméstica, sendo este foco a ser abordado. Conformer a mulher às normas e valores coletivos (como comportar-se bem, saber expressar-se diante os outros, vestir-se com discrição e elegância), além de ser um instrumento para perpetuar uma geração de tradições e saberes (pedagógicos e culturais), eram objetivos da educação feminina que deviam ser apreendidos e repassados no

seio familiar e social (próprios do novo modelo político e ideológico vigente e incorporado na preparação do homem para a participação e produtividade social). (MUNIZ; VASCONCELOS, 2014, pg. 04)

Alguns relatórios da Escola trazem dados sobre o fluxo de internas. Dados encontrados por Neto (2016) dão conta de 1871 a 1889 foram admitidas 165 alunas, das quais 28 foram trabalhar como domésticas e 11 como professoras. Segundo ele, o número reduzido de formandas demonstra que a formação na Escola não era “de massa”, e sim que era uma “formação personalizada e acompanhada”.

A obra do Padre Siqueira nos permite sistematizar o que podemos chamar, citando Pinheiro (2015), uma “pedagogia Siqueirana”, que se propõe a educar a infância feminina pobre para o trabalho, baseado na moral religiosa e almejando a transformação da vida dessas moças. Padre Siqueira faleceu em 1881, dez anos após a abertura de sua escola, e sua sobrinha e seu irmão, Irmão Francisca Pia – Mamãezinha e Cônego José Bento, assumiram a direção do estabelecimento, que permanece até hoje em Petrópolis e possui unidade em Barra Mansa/RJ, além de outras obras de como colégios, asilos e educandários no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Ceará, Paraíba; e na Angola.

## 2.2 O COLÉGIO SANTA ROSA

O Colégio Santa Rosa foi fundado em 1883 por religiosos salesianos, em Niterói. A ordem dos salesianos foi fundada pelo sacerdote católico italiano João Melchior Bosco, o Dom Bosco, em 1841 na cidade de Turim. Os primeiros salesianos que chegaram ao Rio de Janeiro vieram do Uruguai. Antes de chegarem ao Brasil, os salesianos já haviam se instalado em outros lugares da América do Sul, como Uruguai, Argentina, Patagônia e nos Pampas. Eles estavam estabelecidos no Colégio de Villa Colón, em Montevidéu. A partida deles para o Brasil estava programada para abril de 1883, porém, na época, um surto de febre amarela no Rio de Janeiro fez com que eles adiassem a partida para junho. Eles partiram de Montevidéu em 10 de junho, em uma viagem que durou quatro dias e meio até aportarem no Rio de Janeiro em 14 de junho daquele mesmo ano.

Os salesianos acreditavam que a educação deveria acontecer de forma preventiva, ou seja, que era necessário criar nos colégios um ambiente familiar, onde os educadores pudessem estar mais perto de seus educandos, onde haveria música, teatro, brincadeiras e um clima menos rígido. Dom Bosco cria que era preciso oferecer aos “meninos carentes e desamparados” uma oportunidade de aprender um ofício ou uma arte, para assim capacitá-los

para a vida adulta, ele tinha vocação para o trabalho com a educação da juventude, ficando até mesmo conhecido como “Pai e Mestre da Juventude”. Nos Colégios e Liceus eram oferecidas oficinas de carpintaria, sapataria, pintura, alfaiataria, música, tipografia, etc.

A vinda dos salesianos para o Brasil foi fomentada pelo bispo de Rio de Janeiro na época, D. Pedro Maria de Lacerda, e sua implantação contou com uma grande contribuição de colaboradores leigos. D. Lacerda visitou em 1877 o Oratório salesiano em Turim, na Itália, e saiu de lá convencido de que era desse tipo de trabalho que a sociedade brasileira carecia. Ele via o modelo de educação dos salesianos uma oportunidade de atender aos “filhos do povo”. O sistema preventivo de D. Bosco se baseava num modelo educacional em que o professores e alunos estabeleciam relações cordiais e de autonomia. Embora para nós hoje isso pareça básico para um modelo de educação, considerando os fatores temporais de uma Igreja tradicional e conservadora, e uma sociedade repressiva, essa visão era inovadora. Uma forma que D. Bosco desenvolveu para executar esse sistema preventivo foi a promoção da educação profissional entre os jovens.

Desde o início do seu trabalho entre a juventude desamparada, Dom Bosco havia percebido que em termos de educação era melhor prevenir do que remediar, Daí surgiu a ideia de oferecer aos meninos carentes e desamparados condições para o aprendizado de uma arte ou ofício que os tornasse no futuro uteis cidadãos para a pátria. (AZZI, 1983, pg. 82)

Além do fator missionário da vinda dos salesianos para o Brasil, e das questões internas que a igreja enfrentava de organização e hierarquia; a característica assistencialista do trabalho dos salesianos foi o que tanto despertou o interesse dos religiosos brasileiros. A abertura de colégios por aqui faria com que jovens fossem retirados da marginalidade e se profissionalizassem, adquirindo uma forma de sustento. O bispo Lacerda por diversas vezes exprime sua admiração pelos salesianos e a necessidade da vinda deles.

Mas veja o senhor que a coisa que muito agrada é saber que os seus não apenas ensinam “letras”, mas a ler e a escrever, e sobretudo artes e ofícios, e musica. Ah! Meu Dom Bosco! Artes e ofícios... grande coisa nos nossos dias. Para mim são estes os pontos de grande importância. Para a instrução superior há bons colégios, dirigidos por comunidades religiosas; mas para os meninos, para os filhos do povo é preciso trabalhar muito. E quem melhor que os Salesianos? (AZZI, 1983, pg. 38)

Para Isaú (2006) os salesianos enfrentaram por aqui o mesmo problema já mencionado da discriminação do trabalho manual. A aversão ao trabalho manual, considerado trabalho de

escravo, fez com que a educação secundária tivesse mais prestígio e se desenvolvesse mais no Brasil. Mesmo com movimento contrário os salesianos deram maior ênfase ao ensino profissional nos colégios abertos em terras brasileiras, em especial no Rio de Janeiro.

Os Salesianos iniciaram suas atividades educativas num momento histórico em que se operavam transformações políticas, sociais e econômicas profundas. Preferiram às escolas profissionais e agrícolas. Esta preferência não era exclusiva, porque, em algumas casas, o ensino profissional não conseguiu ser aceito. Durante o governo do 2º Inspetor, Pe. Carlos Peretto (1895-1908), este atendimento especial dirigia-se aos jovens de origens mais humildes. A grande dificuldade a enfrentar era o preconceito contra o trabalho manual que lembrava a escravidão e movia a população a procurar para seus filhos as escolas secundárias, porquanto essas abriam caminho para os cursos superiores. (ISAU, 2006, pg. 01)

Repetindo as experiências que tiveram em outros países como na Argentina e no Uruguai, e também em países da Europa, os salesianos vieram na instalação de escolas profissionais aqui no Brasil um jeito de auxiliar os jovens desamparados. Com a premissa de que “prevenir é melhor do que remediar” eles viam o trabalho manual não como uma categoria menor de trabalho, como era visto por alguns aqui no país. Suas oficinas de sapataria, carpintaria, alfaiataria, ferraria, entre outras, buscavam valorizar o trabalho feito pelas próprias mãos dos educandos. A qualidade dos trabalhos produzidos ficavam evidenciados com prêmios ganhos em exposições nacionais e internacionais. O Colégio de Niterói, após visita do inspetor de ensino, em 1897, recebeu elogios. O próprio inspetor, Dr. Paranhos da Silva, revela sua satisfação “com os diretores deste útil estabelecimento, cada vez mais credor de todo apoio para o inteiro implemento de seu fecundíssimo objetivo” (AZZI, 1983, pg. 83).

Era comum que antes da abertura dos colégios os salesianos abrissem Oratórios Festivos, que eram reuniões para atrair os jovens, em que havia jogos, música e oportunamente o ensino dos preceitos da fé cristã. Os castigos físicos e a repreensão violentas era prática excluída dos colégios. Os salesianos criam que os Oratórios Festivos eram um grande meio de difundir sua obra. Para funcionar os Oratórios precisavam de poucos recursos e mão de obra, o que era uma grande vantagem. Eles defendiam, inclusive, que ao lado de cada colégio ou escola profissional deveria ter um Oratório Festivo. Isso confirmava o caráter de modernidade pelo qual a ordem era conhecida. Logo no primeiro ano de funcionamento do colégio já estavam instaladas escolas de “tipografia, encadernação, alfaiataria, sapataria e carpintaria” e em 1885 já haviam “45 internos e 8 ou 10 externos”. Era apreciado também as chamadas atividades extra-classe, “julgadas indispensáveis para o aprimoramento da

formação do aluno”, entre essas atividades eram contadas “firmeza de vontade, constância de caráter, hábitos de ordem, disciplina, respeito à autoridade”, etc. O ensino buscava formar não somente o cognitivo, mas o físico e o espiritual dos garotos.

Apesar do clima liberal que havia no Brasil nas últimas décadas do Império, os salesianos mantinham uma íntima relação com a família imperial. Os salesianos se fixaram em nossas terras com a aprovação do imperador D. Pedro II, e encontraram na sua filha, a princesa Isabel, e no seu marido, o conde d’Eu, grandes apoiadores e entusiastas de suas obras. O apoio da herdeira imperial serviu como uma forma dos religiosos se estabelecerem bem no país. Em contrapartida, tal apoio resultou em mais acusações dos liberais ao Império – que não simpatizavam com a figura da princesa -, condenando o clericalismo. A princesa tinha forte intenção de que os salesianos abrissem um colégio na serra, em Petrópolis ou Friburgo, porém o plano nunca chegou o acontecer. Mas, apesar disso, o elo entre os salesianos e a princesa Isabel era forte. Os religiosos admiravam a benevolência e a caridade da princesa, até mesmo ao conhecimento de D. Bosco chegou sua fama, inclusive, o religioso deixa claro sua gratidão pelo apoio recebido em carta à princesa.

“De minha parte, considero minha estrita obrigação de invocar na Santa Missa as bênçãos celestes sobre todos os súditos brasileiros, enquanto com suma gratidão tinha a elevada honra de poder-me humildemente professar,  
Obrmo. servo  
Sac. João Bosco”

(AZZI, 1983, p. 119)

Em 15 de novembro de 1886, o Imperador e a Imperatriz chegaram a fazer uma grande visita ao Liceu Coração de Jesus, em São Paulo; e foram presenteados pelas mãos do P. Giordano o “diploma de cooperador salesiano”. A figura do cooperador era muito importante para D. Bosco. Ainda durante a constituição da Sociedade de São Francisco de Sales, ele já pensara em uma categoria que pudesse agregar leigos que de alguma forma teriam uma contribuição importante para a implantação e a consolidação dos estabelecimentos salesianos onde quer que fosse, seja doando tempo, dinheiro, ou qualquer outro tipo de apoio. Os cooperadores eram essenciais para a manutenção dos colégios. Em 1889 a Princesa Isabel e do Conde d’Eu, seu marido, visitaram o Liceu, e foram recebidos com grandes aclamações.

No início de sua atuação o Colégio não era assistido por subvenções do governo e contava com apoio financeiro de simpatizantes. Caso curioso passou a ocorrer no ano de 1884; acusações de maus tratos e de insalubridade passaram a surgir contra o colégio, fazendo

com que ele fosse submetido a inspeções do governo. Entretanto, as inspeções não deram conta de achar no estabelecimento algo grave que pudesse abalar seu conceito na sociedade, pelo contrário, o trabalho observado pelos inspetores fez surgir propostas de subvenção. Em 1885 foi proposto, em Assembléia Provincial, um projeto de subvenção de 12:000\$000 condicionados à matrícula de 60 alunos pobres encaminhados pela província. Porém, o projeto foi veementemente questionado pelos liberais, que acusaram os salesianos de serem uma “ramificação do jesuitismos”. Para eles o colégio tinha como finalidade de “apoderar-se de espírito da infância para amoldá-lo às suas ideias”. Somente em 1886 o colégio passou a receber uma subvenção anual de 6:000\$000 mediante a matrícula de 20 alunos pobres enviados pelo governo. Há em algumas literaturas o indício de que os alunos pagassem uma “módica pensão” à escola, porém não se encontra mais detalhes de como isso se dava. Os salesianos também esmolavam às famílias mais ricas para poder manter o colégio. O próprio Dom Lacerda pede a seus fiéis esmolas em favor do estabelecimento salesiano. O ecônomo do Colégio, padre Carlos Peretto, assim como Padre Siqueira, fez excursões pelo interior do Rio de Janeiro em busca de doações para a manutenção da obra.

A pedagogia de Dom Bosco, chamada de pedagogia do trabalho, enfatiza o bem que o trabalho faz ao caráter do homem que a ele se entrega. O trabalho é colocado de modo espiritual, como um bem também para a alma. “Toda a vida e pedagogia de Dom Bosco é dominada pela trilogia da oração, do trabalho e da alegria” (Isaú, 2006).

Na segunda década do século XX, a obra salesiana começou a perder a sua motivação inicial e passou a se adequar as demandas da época. A oficialização do ensino no Brasil causou impacto na forma de trabalho dos salesianos. A fim de equiparar seus colégios aos de ensino oficial, o ensino para jovens mais pobres deixou de ser o plano principal. As instituições de ensino salesianas existentes atualmente são todas de ensino particular. A rede possui 12 institutos no Estado do Rio de Janeiro, e em outros 18 estados do Brasil.

Tanto Padre Siqueira, quanto Dom Bosco tem em suas práticas educativas a visão moralizadora e redentora do trabalho e da missão caritativa da Igreja em auxiliar o pobre nas suas necessidades espirituais e materiais. Apesar do colégio salesiano ter inaugurado após a escola de Petrópolis, pode-se dizer que o padre brasileiro tinha sua inspiração na obra do sacerdote italiano. Lembro que Padre Siqueira visitou o Uruguai, onde os salesianos já estavam estabelecidos, e apesar de não haver registro de uma visita formal do brasileiro a algum colégio salesiano, não é absurdo conjecturar que uma visita tenha ocorrido. No livro

escrito por HÓSTIA (1957), encontramos inclusive uma leve comparação entre Dom Bosco e Padre Siqueira.

(...) O Padre João Francisco de Siqueira Andrade foi, entre nós, um percursor de ideias vastas e humanitárias. São João Bosco, na Itália, começou a sua obra em Turim com meninos de rua, educando-os e fazendo deles elementos proveitosos para a Pátria e a Igreja.(...) O nosso D. Bosco brasileiro começou por se inclinar às pobrezinhas órfãs desvalidas... e quase conjuntamente, porém sozinho, fundou também uma obra benemérita para os jovens brasileiros, sobre a qual vamos falar. (HÓSTIA, 1957, pg. 62)

### 3. A INFÂNCIA POBRE E A EDUCAÇÃO MORAL DA IGREJA

Já vimos que o Estado dedicou o ensino profissional para as crianças e os jovens pobres como forma de fazer com que essa população, sendo educada, pudesse contribuir para o progresso social e não se tornasse um ônus a sociedade através da marginalidade e da mendicância. A população pobre era um problema com o qual as autoridades e a sociedade em geral tinham que lidar. Não havia a concepção de cidadania ou de direito social.

Na teoria de Marshall (1967) sobre cidadania e direitos, e na interpretação de José Murilo de Carvalho (2015) sobre o tema, encontramos algumas explicações que consideramos pertinentes para abordar as questões sociais que o objeto de estudo deste trabalho suscitou. Não fazendo uma comparação crua entre a realidade brasileira e a inglesa, mas utilizando das ideias de Marshall como parâmetro de interpretação para a estruturação dos direitos na sociedade fazemos uma discussão sobre o direito social e como a educação dos pobres se configura nesse contexto.

Marshall coloca como fatores necessários para a plena cidadania o exercício do direito político, civil e social. Enquanto os direitos políticos são em geral discutidos pelo viés do direito ao voto e os direitos civis através da liberdade individual; o direito social se associa ao sistema educacional e ao serviço social à medida que se guia pela oportunidade de participação do indivíduo na sociedade, levando, nas palavras de Marshall (1967), “a vida de um ser civilizado”. Na Inglaterra do século XIX a Poor Law (Lei dos Pobres), que prestava assistência aos pobres pelo ajuste de renda, foi um meio, na sua mais simples descrição, de “aliviar a pobreza e suprimir a vadiagem”. Em 1834 a Lei passou a só assistir aos doentes, as mulheres ou aqueles que a ela recorriam, entretanto a reivindicação dos pobres pelo que a Poor Law oferecia passou a configurar o abandono dos seus direitos, e, portanto, pelo seu status de cidadão. Logo, o pobre que necessita de ajuda não pode ser um cidadão. A educação que se qualifica como um direito social necessário ao exercício da cidadania é apontada por Marshall como “objeto apropriado de ação por parte do Estado”, sendo, portanto, ele, o interessado em oferecer o ensino. No final do século XIX a educação primária na Inglaterra era gratuita e obrigatória. A educação era necessária para poder se exercer um direito, em especial o voto, e também para o trabalho. No Brasil, enquanto os direitos civis e políticos caminhavam tortuosamente, os direitos sociais se desenvolveram parcamente. O governo pouco fazia pelas áreas de assistência social e trabalhista. No tocante a educação a Constituição brasileira de 1824 garante em seu artigo 179 a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Em 1827 é promulgada uma lei que “manda criar escolas de primeiras

letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”. Nessas escolas era ensinado a

ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827)

A Constituição de 1891, como retrocesso, retira essa obrigatoriedade. A educação não era vista como um direito social, caráter que só vai adquirir na Constituição de 1988. No Brasil, o Estado não via na educação um bem necessário para ser cidadão, enquanto para Marshall a educação tinha relação direta com a cidadania e o Estado tinha participação especial nesse processo.

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado.” (MARSHALL, 1967, pg. 73)

Carvalho (2015) considera que o fato do país ter direitos civis e políticos tão precários está diretamente ligado a falta de direitos sociais. No que se refere à assistência social, no Brasil o Estado também não se incumbia desse setor que era coberto por associações particulares e irmandades religiosas, inclusive as casa de misericórdia e outras instituições de caridade. Nesse ponto podemos começar a destacar a atuação da Igreja no contexto social.

A Igreja sempre teve como um dos seus fundamentos o auxílio aos pobres; por ter um caráter missionário e caritativo sempre esteve à frente de instituições de acolhimento e assistência, como asilos e orfanatos. A educação também sempre foi uma forma dela estabelecer seu vínculo com a sociedade e de sua influência sobre a mesma. As parcerias entre Estado e Igreja, em especial no Brasil, se deram desde os primórdios da nossa sociedade, quando ainda éramos colônia portuguesa e aportaram por aqui os jesuítas, com a missão de evangelizar, e só foram ser abaladas a partir do final do século XIX com a Proclamação da República que através do Decreto 119-A de 1890 torna nosso país laico, extinguindo o padroado e assegurando a liberdade de culto de qualquer religião. A educação fomentada na

moral religiosa foi o modelo educacional por séculos sustentado no Brasil e a abertura de colégios para educação dos filhos da elite brasileira foi feita por diferentes ordens religiosas. Contudo, a educação para os pobres, baseado no caráter missionário e caritativo já citado da Igreja, também teve seu espaço.

A educação religiosa sempre esteve baseada na moral e na conservação dos valores mais tradicionais. A Igreja fiel a sua missão de anunciar as “boas novas”, amparar o pobre e realizar as obras de caridade tem na escolarização das crianças pobres e desvalidas a oportunidade de cumprir sua missão e atuar de forma relevante na sociedade, mostrando-se sempre útil e necessária a ela. Abreu (2010) destaca essa ação da Igreja “em favor” dos pobres do Brasil desde o início da nossa colonização, segundo ela

Desde o Brasil Colônia (séc. XVI e XVII), os trabalhos com as crianças pobres eram realizados pela Companhia de Jesus, a partir de sua proposta catequética (Rátio Studiorum), fazendo-se reuniões com os órfãos para ensinar a ler, a escrever e a se evangelizar (aprender bons costumes), nas denominadas “Casas dos Muchachos”. Já no século XVIII, criou-se um novo sistema de atendimento, denominado “Roda dos Expostos”, que se preocupava com as crianças pobres, rejeitadas e órfãs, constituindo-se a principal política do período colonial ao período republicano. (ABREU, 2010, pg. 45)

A pobreza sempre esteve posta em relação com a criminalidade. Acreditava-se que o pobre tinha, devido a sua condição, um desvio de moral que deveria ser reparado e o trabalho era uma alternativa de reparação. A juventude pobre oferecia um risco a sociedade e sua internação, seja em casa de caridade, ou em locais para correção, para aqueles que houvessem infringido a lei, era uma forma de limpar as ruas. O ensino para o trabalho torna-se, então, meio de se atenuar tal problema social e ao mesmo tempo forjar trabalhadores para uma sociedade em progresso. GONÇALVES (2013) analisa que

De acordo com Müller e Pereira (1998) com essa preponderante ação de controle da “criminalidade” do país, necessariamente cria-se em 1861, o Instituto de Menores Artesão da Casa de Correção da Corte. A fim de “docilizar” os desviantes da moral, por meio, enfaticamente, da aprendizagem de ofícios, apontada como instrumento honesto para “ganhar a vida”, sendo na esfera física ou econômica. (...) O crime é a pobreza, a má índole é o abandono e a pena é a perda da liberdade. (GONÇALVES, 2013, pg. 382)

Dessa forma, as crianças e jovens pobres eram encaminhados para o ensino profissional e coloca-se nisso a expectativa em se fazer deles adultos mais civilizados e participantes da sociedade através do uso da sua força de trabalho. Porém, o Estado não é

visto como responsável por prestar a assistência a essa população, pratica-se o assistencialismo no sentido mais caritativo da palavra e a Igreja se ocupa como a mãe de todos a acolher e assistir essa juventude. Não há, à época, um amparo social como forma de proporcionar o bem estar da infância. No Brasil, apenas em 1923 é criado pelo governo em Juizado de Menores “que teria como função acompanhar, fiscalizar e orientar sobre as situações jurídicas e sociais de tais sujeitos”, e em 1927 cria-se o Código de Menores Mello Matos que coloca sobre o Estado o dever de “implantar políticas de atendimento aos “menores”, fossem eles abandonados, moralmente abandonados ou delinquentes, como foram subdivididos e intitulados” (GONÇALVES, 2013).

Com aparato privado ou público, formam-se diversas tentativas e mecanismos para controlar a situação da infância pobre. Enfatadamente, em todas as fases da história do atendimento à infância pobre, o encaminhamento ao trabalho é utilizado, ora com justificativa de “cidadãos úteis”, outrora com de reeducar e reintegrar esses sujeitos. (GONÇALVES, 2013, pg. 400)

Atento à realidade brasileira e movido pelo seu ideal missionário, Padre Siqueira traduz bem em seus escritos a relação que a Igreja tem com o Estado a partir da oferta de educação e do acolhimento das crianças desvalidas. Em seu breviário, onde fazia suas anotações e esboçava suas palavras de apelo à sociedade, tem-se registro do pensamento religioso da época. Depois de se manifestar grato ao Imperador por ter aprovado seu programa para a Escola Doméstica ele discorre sobre como seu trabalho irá auxiliar a “salvação das almas” das meninas que “por falta de uma educação apropriada, percorrem as ruas esmolando, cuja vida será, antes de tudo, um escárnio à religião, um escândalo à sociedade”. Era esse um dos argumentos utilizados para convencer o povo, principalmente os cristãos, à doarem para a Escola. Ele destaca o favor que o estabelecimento faz a sociedade e o auxílio que presta ao governo na tarefa de tratar dos pobres. “E assim todos fazem um grande bem a essas infelizes e inocentes meninas, à sociedade, à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, e daremos o nosso pequeno auxílio ao governo, que luta hoje com tantas dificuldades, apoiados igualmente por ele.” (HÓSTIA, 1957, pg. 80) A educação para o trabalho aliada a educação moral religiosa era o bem maior que se podia fazer aos pobres e a sociedade.

Com efeito, educar o povo e dar-lhe trabalho, é dar-lhe riqueza, costumes e moralidade, é assegurar a propriedade e o respeito á família, é manter a ordem e a paz; é finalmente da parte dos governos, o procedimento mais altamente político, e de suma economia social, porquanto é certo que a boa

educação e um povo, além de outros benefícios, dispensa exércitos!...”  
(Caderneta de Notas do Padre Siqueira apud HÓSTIA, 1957, pg. 105)

Dom Bosco, fundador da ordem salesiana, também vê no serviço da Igreja um auxílio ao papel do Estado. Isaú (2006) registra um trecho do “Regulamento das Casas da Sociedade de São Francisco de Sales”, escrito por Dom Bosco. Na sua visão, o jovem que trabalha honra sua pátria e contribui para o bem estar da sociedade.

1. O homem, meus jovens, nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no Paraíso terrestre para cultivá-lo. O Apóstolo São Paulo diz: “É indigno de comer quem não quer trabalhar. 2. Por trabalho se entende o cumprimento dos deveres do próprio estado, quer seja o estudo, quer seja uma arte ou trabalho. 3. Pelo trabalho podeis vos tornar beneméritos da sociedade, da Religião, e fazer bem à vossa alma, especialmente se oferecerdes a Deus as vossas ocupações quotidianas. (...) 6. Lembrai-vos de que a vossa idade é a primavera da vida. Quem de moço não se habitua ao trabalho, quase sempre será um madraço (“poltrone”), até a velhice, desonrando a pátria e a família, talvez, causando um mal irreparável à sua alma. (ISAU, 2006, pg. 9)

Azzi (1893), também destaca características do pensamento salesiano que condizem a associação que se faz da pobreza com a criminalidade. Para ele, a tarefa de ensinar um ofício aos meninos pobres para que eles pudessem se tornar operários qualificados, como defendia a pedagogia salesiana, também acabava por atender a necessidade de se tirar a opção desses meninos de irem para o crime. “Havia nessa tarefa uma finalidade especificamente moral e religiosa: evitar que esses jovens, marginalizados pela sociedade, passassem a atuar no submundo do crime e da imoralidade” (AZZI, 1893, pg. 36).

Podemos encontrar nesses modelos educacionais promovidos tanto pelo Estado quanto pela Igreja relações estabelecidas, quase que intrinsecamente, entre a pobreza e o ensino profissional, visto que desde a gênese do ensino profissional no Brasil o público desse tipo de atividade eram homens pobres e crianças e jovens desvalidos. Esse pensamento permeou a construção da nossa sociedade industrial e serviu de fundamento para a promoção de uma sociedade mais desenvolvida e civilizada, onde o trabalho era de um lado visto como redentivo, pois era a partir deste que o homem podia se inserir na vida social e, religiosamente falando, se tornarem dignos, e do outro como alavanca de desenvolvimento para o país. Estado e Igreja estavam interessadas em oferecer ensino profissionalizante à população mais pobre. Vê-se, portanto, que a Educação Profissional adquiriu o papel de redentora do homem e civilizadora da nação. Na Primeira República esse modelo de ensino foi estratégico para a construção de um ideal de sociedade progressista.

### 3.1 A INFÂNCIA POBRE NEGRA – A LEI DO VENTRE LIVRE

Um ponto importante a se tratar nesse trabalho é referente às crianças chamadas de ingênuas, as filhas de escravas nascidas após a Lei do Ventre Livre.

A Lei do Ventre Livre, decretada pela Princesa Isabel, em 28 de setembro de 1871, torna livres os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Dizia a Lei que tais crianças ficariam sob a autoridade do “senhor” de sua mãe até a idade de oito anos, após isso poderia ele – o “senhor” – escolher entre receber uma indenização de 600\$000 do Estado ou permanecer com o menor até a idade de 21 anos, se utilizando de seus serviços. As cedidas ou abandonadas poderiam ser entregues a associações que pudessem recebê-las. Teixeira (2011) traz em seus estudos a informação obtida no Relatório do Ministro da Agricultura de 1885, que de 400.000 ingênuos, apenas 118 foram entregues ao Estado pelos “senhores” em troca da indenização. Esse dado nos mostra que mesmo com a Lei do Ventre Livre, as crianças continuavam sob o olhar e serviço dos escravagistas.

O processo de abolição da escravatura no Brasil foi lento e pautado pela preocupação da elite governante. Silva (2013) diz que era ponto de discussão da pauta abolicionista a possível “desordem social” que a abolição poderia desencadear. A falta de mão de obra e uma crise econômica gerada pelo trabalho livre era receio dos grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo em que se encaminhava para o progresso e a civilização, a abolição gerava dúvidas quanto ao impacto social que poderia ter. A ansiedade fruto do caos que a abolição poderia gerar levou a necessidade de se pensar meios para tornar o processo mais “harmonioso” para a sociedade. Tinha-se o medo de que “uma abolição encaminhada inadequadamente” trouxesse a tona “toda espécie de vícios associados aos libertos negros, vistos como incapazes de incorporar sentimentos civilizados”. Era necessário combater o ócio e o crime que um processo errôneo poderia engatilhar. “O temor em relação a uma abolição abrupta, que não preparasse os escravos para uma nova lógica de trabalho era, então, um dos pilares das discussões no âmbito político.” (SILVA, 2013)

Um dos meios que poderiam ser utilizados como forma de amenizar tal impacto era a educação. Pensadores como Tavares Bastos, Perdigão Malheiros e Joaquim Nabuco defendiam a educação dos libertos e ingênuos como forma de “corrigir os vícios do cativo” que os negros adquiriram na escravidão e transformá-los em seres civilizados. O ideal educacional não era, em nenhum momento, fomentado para dar autonomia aos negros. Pensava-se em uma educação permeada pela moral e pela virtude, inclusive colocando a

educação para o trabalho como destaque, no anseio de dignificar o homem agora livre. O ensino pensado para os libertos e ingênuos “deveria fazer jus à posição de subserviência deste grupo devendo estar atrelados à disciplina e aprendizado do trabalho” (SILVA, 2013, pg. 08).

Atendendo ao decreto da Lei do Ventre Livre, a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo estipulou na atualização de seu estatuto, em 1876, que receberia as ingênuas que o governo quisesse mandar mediante pecúnia estipulada. Porém, não encontramos em nossas pesquisas algo que confirmasse a matrícula de alguma ingênuas na Escola. Em seu testamento, datada de 14 de novembro de 1880, Padre Siqueira escreve o seguinte:

Não admitir-se na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, senão meninas exclusivamente pobres e expostas ao desamparo e à miséria, as quais deverão ser educadas na religião e no trabalho, destinando-se umas para criadas de servir e outras, as mais inteligentes para professoras, ministrando-se então a estas uma maior cultura, e em geral para boas mães de família, podendo permanecer na casa por sua livre e espontânea vontade, aquelas que quiserem, na qualidade de professoras ou de criadas. **Não serão consideradas jamais, nesta classe de meninas pobres e desvalidas, as ingênuas ou libertas (*grifo meu*).** (HÓSTIA, 1857, pg. 148-149)

Por interpretação, podemos entender que não era permitido que as ingênuas fossem matriculadas nas classes de formação para o magistério. Não podemos saber qual o fundamento de tal proibição, porém podemos considerar que não era pensável na época dar a essas meninas uma posição como a de professora. Apesar da Lei do Ventre Livre e de outras leis relacionadas a escravidão, em especial, a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil, não tivemos no país nenhum tipo de ação que desse subsídio para os ex-escravizados conseguirem viver sem se submeter a exploração. Carvalho (2015) destaca que aos libertos no Brasil, diferente do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, não houve nenhum plano de assistência. Não foi dada educação, nem terras, nem emprego. Muitos libertos continuaram nas fazendas prestando serviço por um baixo salário. Os que migraram para as cidades maiores, como Rio de Janeiro ou São Paulo, viviam sem emprego fixo e engrossava a parcela da população mendicante. Nas cidades em expansão, devido à agricultura cafeeira, os postos de emprego nas fazendas e indústrias passaram a ser ocupados por imigrantes. Segundo Carvalho, a escravidão foi o fator mais negativo para a cidadania no Brasil. Os escravos não tinham a condição de cidadãos uma vez que não tinham os direitos mais básicos respeitados, como o direito à integridade física e a direito à liberdade.

Para a Igreja, a escravidão não se tornou ponto central de discussões. Ela não a condenava, inclusive possuía escravos. Carvalho (2015) diz que

No Brasil, a religião católica, que era oficial, não combatia a escravidão. Conventos, clérigos das ordens religiosas e padres seculares, todos possuíam escravos. Alguns padres não se contentavam em possuir legalmente suas escravas, eles as possuíam também sexualmente e com elas se amigavam. Alguns filhos de padres com escravas chegaram a posições importantes na política do Império. O grande abolicionista José do Patrocínio era um deles. Com poucas exceções, o máximo que os pensadores luso-brasileiros encontravam na Bíblia em favor dos escravos era a exortação de São Paulo aos senhores no sentido de trata-los com justiça e equidade. (CARVALHO, 2015, pg. 55-56)

Azzi (1982) traz a visão dos salesianos sobre o assunto. Ele escreve que, em consonância com o tratamento que o setor religioso dava ao assunto, os salesianos ficaram “à margem” das discussões abolicionistas. Em meio a tal indiferença surge a figura do inspetor Lasagna, que segundo Azzi, parece ser o único que se atenta para o problema da escravidão no país. Em sua primeira visita ao Brasil, em 1882, ele escreve o seguinte para Dom Bosco:

“Saiba, querido pai, que meninos abandonados existem em numero assustador em região das quais muitos estão em situação análoga a qualquer cidade grande, populosa, toda orientada para o comércio, para o lucro e gozos materiais... Oh! Se pudesse dizer-lhe a angustia que senti, quando passando os olhos sobre um importante jornal do comércio, entre outros anúncios de venda como casas, cavalos, vacas, bois, descobre também numerosíssimos deles semelhantes a este que transcrevo ao pé da letra, em toda a sua crueza:

*Rua N. numero N. vende-se um belo negrinho de 11 anos, capaz de todos os serviços de mesa, etc... Vende-se uma jovem negra apta a cozinhar, lavar e passar, são, robusta... Vende-se...*” (AZZI, 1982, p. 33)

A apatia da Igreja em relação ao tema começa a se sacudida conforme o movimento abolicionista vai ganhando força. Uma carta pastoral escrita por Dom Carlos d’Amour, bispo de Cuiabá, em 1887, defende que a escravidão deveria “desaparecer do solo brasileiro” e que ela já tinha sido condenada pela “moral evangélica”. Ele argumenta que a escravidão se opõe às leis divinas, sendo cruel e injusta. Ele ainda imputa aos negros a característica de humanidade, muitas vezes negada antes, ao dizer que eram eles também irmãos em Cristo, remidos “pelo sangue do Redentor”. Abolir a escravidão era necessário para que o Brasil passasse a figurar no rol de nações civilizadas, assim como as outras que já tinham passado pelo processo de abolição.

Azzi (1882) destaca que não há nenhum registro em documentos salesianos, como correspondências e crônicas sobre o Colégio, alguma indicação de apoio à abolição por parte da ordem, entretanto também não há nenhuma manifestação contra. Ao que tudo indica, os

salesianos mantiveram uma posição neutra sobre o tema. Não encontramos registros que possa afirmar se houve matrícula de negros no Colégio Santa Rosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação que se dá a um povo reflete diretamente a sociedade que se quer criar. O ensino que se oferta a determinada camada social deve oferecer aquilo que o ofertante ache necessário para se atingir o objetivo ao qual deseja alcançar. Nessa medida, percebemos que cada modelo educacional, quando proposto, carrega em si valores, ideias e propósitos daqueles que o propõe.

No Brasil a Educação Profissional foi um modelo educacional proposto para a população pobre com o intuito de combater a miséria, a vadiagem e a criminalidade. As Corporações de Ofícios, Escolas de Aprendizes e Liceus criados foram importantes meios de profissionalizar os jovens. Apesar da discriminação do trabalho manual existente e das regras excludentes para matrículas de alunos, essas instituições iniciaram a oferta de educação profissional como forma de suprir carência de mão de obra e de, ao mesmo tempo, assistir aos pobres na tentativa de garantir a esses uma forma de se sustentar. Não ser um peso social também era uma forma de contribuir para o desenvolvimento e o progresso do país. Foi no ensino de ofícios e no trabalho manual, o mesmo discriminado por se associar ao trabalho escravo, que o Brasil viu a oportunidade de melhorar a sociedade. Profissionalizar era a opção pra acabar com o pobre que roubava e mendigava, pra se livrar do jovem que se desviava pra uma vida de marginalidade e até mesmo pra civilizar o negro escravo que, após ter sido liberto, precisava se livrar dos “vícios” de escravo e ser capaz de viver em sua nova condição social. Longe de ser encarada como um direito social, a educação no nosso país se tornou um aparato para atender ao modelo de sociedade que se deseja atingir a cada época, e fora manejada conforme as necessidades de cada grupo no poder.

O Estado encontrou na Igreja o auxílio necessário para lidar com os órfãos, pobres e miseráveis. De orfanatos e asilos a escolas profissionais, a Igreja católica realizou o seu trabalho missionário de amparar o pobre e necessitado. Estabelecimentos como a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo e o Colégio Santa Rosa acolheram crianças e jovens, meninas e meninos, e ensinaram, dentro da moral religiosa, um ofício, buscando livrá-los do mal da miséria, da prostituição, da mendicância, e procurando torna-los seres dignos e valorosos através do trabalho. Ensinar à menina o trabalho doméstico, ao menino a sapataria, marcenaria ou tipografia, não era só ensinar a trabalhar, mas ensinar o valor do trabalho. Tanto Padre Siqueira quanto Dom Bosco, munidos de piedade cristã, queriam, através de suas obras, exercitar a caridade e cumprir a missão pela qual criam estar incumbidos. Igreja e sociedade, sempre tão imbricadas, desempenharam no serviço de auxílio ao pobre um papel

moralizador e redentivo. Aonde o Estado não era capaz de alcançar a Igreja estava presente. Mesmo com os abalos vindos com o decreto de laicidade do Estado, a Igreja permaneceu presente e atuante através de religiosos que, com seus trabalhos, preservavam a influência da moral cristã na sociedade.

O trabalho caritativo da Igreja e assistencial do Estado na oferta de educação profissional foi uma alternativa em relação à pobreza na medida em que ofertou a juventude pobre um ensino capaz de instrumentalizá-los em um ofício; dando a eles a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho e assim poderem se sustentar e viver de forma digna.

Mesmo com essas ações percebemos que a educação, enquanto não vista como um direito, mas sendo ofertada em forma de assistência tem suas limitações. As vagas nas escolas profissionais mesmo priorizando o pobre, não dá conta de atender a muitos e muitos jovens que continuam vivendo à margem da sociedade, submetidos a todo tipo de abusos e expostos a todo tipo de perigo, na tentativa de se sustentar e ajudar suas famílias. O Estado brasileiro mesmo quando decreta a criação de escolas não é capaz de formular um sistema que atenda de forma real a demanda de ensino. Ainda hoje em dia podemos ver a dificuldade em se criar um sistema de ensino que consiga atender a toda população, sem deixar de considerar as especificidades, a pluralidade e a multiculturalidade que o nosso país carrega. Mesmo a educação sendo um direito ainda não há a garantia de acesso a todos.

A educação profissional que capacita crianças e jovens, embora seja uma alternativa plausível e que atendeu as necessidades da época, não dá conta da tarefa de alavancar uma sociedade. Esse pensamento – que parece persistir no presente – dá necessidade de instrumentalizar o pobre, e que restringe seu acesso a outras formas de educação, não consegue transpor as barreiras de um modelo educacional dual. Na mesma medida em que é necessário oferecer oportunidades de melhoras da condição de vida, também é necessário se propor uma educação que vá além e permita a formação para a vida.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Waldir Ferreira de. **O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a república do pequeno vendedor.** Disponível em < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp138288.pdf>> Acesso em 10.11.2016. P. 40 a 65

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Estado, Direitos de Cidadania e Direito à Educação: do Programa ao Diagrama.** In: Reunião Anual da ANPED, 30º, 2007, Caxambu. Disponível em < <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-3287--Int.pdf>> Acesso em 19.10.2015

AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Brasil: a luz da historia.** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983.

AZZI, Riolando. Os Salesianos no Rio de Janeiro. **A implantação da obra salesiana (1884-1894).** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982. Vol. 2.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em 09.09.2016

BRASIL. **Constituição do Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em 09.09.2016

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.** Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)> Acesso em 09.09.2016

BRASIL. **Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.** Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D0001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0001.htm)> Acesso em 25.11.2015

BRASIL. **Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)> Acesso em 25.11.2015

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profiissional primario e gratuito. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)> Acesso em 18.11.2015

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm)> Acesso em 10.09.2016

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm)> Acesso em 10.09.2016

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)> Acesso em 10.09.2016

CANALI, H. H. B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** Disponível em <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEduccional/CANALI.pdf>> Acesso em 17.09.2014

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania: tipos e percursos.** Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029/1168>> Acesso em 11.04.2016

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 19. ed. 2015. p. 01 a 88

DAVI, Tania N.; PINHEIRO, Maria C. **Pedagogia Siqueirana (séculos XIX a XXI): uma educação que desafia e transforma gerações.** *Cadernos FUCAMP*. Campinas, v. 15, n. 22, jul./dez, Monte Carmelo. Disponível em <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/587/436>> Acesso em 23.08.2016

GONÇALVES, Vanessa Regina Vieira. **A trajetória histórica da infância pobre no Brasil: o encaminhamento ao trabalho como (in) possibilidade da cidadania.** In: Semana de Educação da UEL, XIV, 2012, Londrina. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoetrabalho/atrajetoriahistorica.pdf>> Acesso em 07.10.2016

HÓSTIA, Áurea de Jesus. **O Padre Siqueira – sua via e sua obra.** Ed. Vozes, Petrópolis. 1957.

ISAÚ, P. Manoel. **O ensino profissional nos estabelecimentos de educação dos Salesianos.** Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Manoel%20Isau.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Manoel%20Isau.pdf)> Acesso em 18.03.2015

LIMA, H. I. **O ensino profissional na segunda metade do século XIX: um estudo sobre duas experiências.** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, II, 2002, Natal. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0725.pdf>> Acesso em 08.09.2014

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e "Status"**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-87.

MUNIZ, Bruno Tamancoldi; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Educação na casa e na escola oitocentista: oferta e demanda em Petrópolis**. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 11º, 2014, São João del-Rei. Disponível em < [www.anpedsudeste2014.com.br/sistema/download.php?id\\_arquivo=2496](http://www.anpedsudeste2014.com.br/sistema/download.php?id_arquivo=2496)> Acesso em 29.05.2016

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009. P. 01 a 110

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; SOARES, Ana Maria Dantas. **Ensino técnico agropecuário e formação de professores: "novas" perspectivas ou uma velha receita?** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, II, 2002, Natal. Disponível em < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0327.pdf>> Acesso em 07.10.2016

PARISI NETO, Reinaldo. **Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da escola doméstica de nossa senhora do amparo, no Brasil Império (1864-1889)**. Disponível em < [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais14/Sem08/C08036.doc](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Sem08/C08036.doc)> Acesso em 11.08.2016

SANTOS, J. A. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Noemi Santos da. **Escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do paraná (1871-1888)**. Disponível em < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/noemisilva.pdf>> Acesso em 07.10.2016

TEIXEIRA, Heloisa Maria. **Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)**. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/2027/2413>> Acesso em 07.10.2016

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Educação de meninas e meninos no oitocentos: os conventos, os palácios, as casas e as escolas**. In: Congresso Brasileiro de História da Educao, II, 2002, Natal. Disponível em < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3158.pdf>> Acesso em 29.05.2016